

MEMÓRIA DA FÉ MARANHENSE*

Francisco Marialva Mont'Alverne Frota

“Não és tu o Reino dos Lírios, ó França? E não adornam esses Lírios o Reino de França? Do mesmo modo essa França Equinocial é, entre os demais, o Reino do Sol, e o sol o embeleza especialmente, pois daí não se retira jamais e aí se deita perpetuamente. Por que, pois, não colocar no frontispício deste livro: **Indis sol splendet, splendescunt lilia Gallis.** Claude d’Abbeville — HISTOIRE DE LA MISSION DES PÈRES CAPUCINS EN L’ISLE DE MARAGNAN ET TERRES CIRCONVOISINES.”

A refulgência do Reino do Sol a que alude a página veneranda do cronista capuchinho, que chegou a esta terra de São Luís para abençoar em 1612 a fundação da França Equinocial, é o Evangelho, de cujo carisma se impregnou, em notável catequese, a gentildade que nestas plagas senho-reava, e que data do mesmo tempo da constituição do poder civil, como se no Plano Divino houvesse sido determinado que a **Civitas Dei** surgiria paralela a **Civitas Terrena**, garantindo aos habitantes e às gerações futuras uma abençoada predileção e um penhor como Povo de Deus.

A memória da data que hoje celebramos — O TRICENTENÁRIO DA EREÇÃO DA DIOCESE DE SÃO LUÍS — é também a certeza de que se vem cumprindo, com a força dos anúncios proféticos, as palavras de Claude d’Abbeville, quando gravou no pórtico da sua **História da Missão dos Padres Capuchinhos**, o vaticínio de que o Sol, daqui desta Ilha, não se retira.

(*) Discurso proferido no Palácio Arquiepiscopal, no dia 30.08.77, data do TRICENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE SÃO LUÍS, no momento da instalação do Arquivo da Cúria Metropolitana.

A Cruz foi aqui chantada ao som de **Vexilla Regis** ao mesmo tempo em que os louros normandos a cercavam com as Armas e o Estandarte de França. A Cruz significou o compromisso comunitário do Maranhão com a Igreja. O **labarum** de Maria de Médicis selava a posse de França e de Navarra. “Este estandarte — diz o padre conspícuo — era enriquecido e semeado de grandes lírios de ouro que o embelezavam maravilhosamente. Foi esse mesmo que os índios fincaram com suas próprias mãos, cheios de alegria e devoção, junto da cruz na Ilha do Maranhão.”

A França — filha primogênita da Igreja — deu-nos, com os forais da dominação que repudiamos, a mensagem da Boa Nova que acolhemos, que professamos e que agora nos enseja, na celebração do transcurso da data magna do TRICENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DE SÃO LUÍS, entoar, com o mesmo entusiasmo dos nossos avoengos, o **Te deum laudamus**, como no dia em que esta Cidade elevou a Cruz e alteou, nas adriças do estendal das palmeiras, o estandarte onde se leu: **TANTI DUX FAEMINA FACTI** — símbolo da epopéia mareante francesa logo esface-lada pelo arrojo lusitano. E foram os portugueses que colocaram a Cidade sob a proteção de Maria, com a invocação de Nossa Senhora da Vitória.

A fé — dom de Deus — caiu nos corações maranhenses, como a boa semente da parábola evangélica, propagada pelos discursos missionários dos Capuchinhos, Franciscanos, Jesuítas, Carmelitas e Mercedários, florescendo, nos primórdios da Igreja Maranhense, em templos como a Capela do Convento de São Francisco, Ermida de Nossa Senhora da Guia, Capela de Nossa Senhora da Luz, Igreja do Carmo, Igreja das Mercês, Igreja de São João Batista, até que, com a Matriz, se organizou a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória.

A Igreja do Maranhão esteve inicialmente jurisdicionada pela Prelazia de Olinda, dizem os historiadores César Marques, Dom Francisco de Paula e Silva e Dom Felipe Conduru Pacheco, mas efêmera foi a vinculação, se existiu, pois a Bula **Romani Pontificis Pastoralis solli citudo**, do Papa Inocêncio XI, que separou a Diocese de São Salvador da Bahia, até então sufragânea da Igreja de Lisboa, elevando-a, nas mesmas letras, à categoria de Sede Arquiepiscopal e Metropolitana de toda a Província, desmembrando e também criando as Dioceses de Olinda e do Rio de Janeiro, a nada alude que se possa comprovar aquela afirmação.

Já a esse tempo a Igreja Militante Maranhense tinha ouvido aterrada o verbo inconfundível dos Sermões do Padre Vieira, em cuja biografia

clássica o nosso João Lisboa traçou com vigor o perfil duradouro do famoso orador sacro.

Frei Cristóvão de Lisboa já fundara a Custódia do Maranhão. Foi o abnegado missionário franciscano o construtor do Convento de Santa Margarida, onde depois, quando já tinha o nome de Convento Santo Antônio, veio a se instalar o Seminário Diocesano. A **História dos Animais e Árvores do Maranhão**, obra monumental, escrita em 1627, o qualifica como o primeiro naturalista do Brasil, fato de que está desatento o Maranhão, que lhe não dedicou ainda, como é justo fazer, uma rua ou praça desta Capital que ele tanto nobilitou.

Crescia o fervor da Igreja Maranhense e o "nobre Varão Pedro, Príncipe e Governante de Portugal e dos Algarves, interessou-se com piedoso afeto pelas populações daquela região do Brasil que se chama Província do Maranhão", diz um dos consideranda da Bula de Inocêncio XI que criou a Diocese de São Luís do Maranhão.

A veneranda Bula **SUPER UNIVERSAS ORBIS ECLESIAS**, do Papa Inocêncio XI, libera "da autoridade, jurisdição, poder, subordinação, visitação e correção do Bispo do Brasil" a Vila de São Luís, elevando-a a cidade e criando a Diocese, por considerar "digna do título Episcopal e Civil". Ressalta ainda o Documento Pontifício que a Vila chamada São Luís tinha dois mil habitantes e, a seguir, fez o comovido elogio da Cidade e do seu Povo: "Destaca-se pelo bom clima, desenvolvimento do povo e do comércio. Conta com vários conventos de homens. Seus habitantes se distinguem pela nobreza de origem e pela cultura, como também pelos Brasões. Na dita Vila de São Luís, foi, há muito tempo ereta sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, uma única Matriz, maior que as outras Igrejas ali existentes."

Fixemos a data histórica tal como está escrita no final da Bula que nos deu esta Diocese Tricentenária: "Dado em Roma, em Santa Maria Maior, a trinta de agosto do ano de mil seiscentos e setenta e sete da Encarnação do Senhor e primeiro de nosso pontificado."

Colorido é o elenco episcopal dos vinte e nove bispos da Sé Maranhense. Frei Antônio de Santa Maria, franciscano, nomeado Bispo do Maranhão, não tomou posse. O seguinte, Dom Gregório dos Anjos, tomou posse na Catedral de Nossa Senhora da Vitória em 1679, aqui pastoreou o seu rebanho e, entre nós, na Catedral, jaz aos pés do Senhor.

A Igreja Particular do Maranhão — mãe e mestra dos seus filhos — foi se dilatando, alargando a sua militância evangélica, se interiorizando, criando paróquias, com o fervor pentecostal, a que nos relatam os Atos dos Apóstolos.

Acompanhando o processo histórico e social, a Igreja testemunhou: O Estanco, as Temporalidades, o Regalismo Pombalino, a operosidade de Gabriel Malagrida, a Invasão Holandesa, fatos que possibilitaram, no meio eclesiástico deste período, excelentes fontes de estudos como são os livros de José Moraes, Francisco dos Prazeres Maranhão e Felipe Bettendorf.

O carrilhão do tempo registrava, em cada centúria, a propagação da fé maranhense, nos extensos limites da Província do Maranhão, que alcançavam “desde o cabo Norte, pela orla marítima e por terra a dentro até a Fortaleza do Ceará exclusive.”

Tempos depois deu-se a criação do Cabido Diocesano, a expulsão dos Jesuítas, a instalação da Paróquia de Vinhaes e de São José dos Índios.

A Fundação do Império, a Adesão do Maranhão à Causa da Independência, a Balaiada, a Guerra do Paraguai, foram ocorrências comemoradas pela Igreja do Maranhão com luminárias e missas de ação de graça.

Aos 5 de junho de 1827, quarto ano do Pontificado de Leão XII, foram, por “petição do caríssimo filho em Cristo, Pedro I, Imperador do Brasil,” separadas do Patriarcado de Lisboa, de que eram sufragâneas, as Dioceses de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão, para vincularem-se, como sufragâneas, ao Arcebispado de São Salvador da Bahia.

A Diocese de São Luís, sempre assistida pela dedicação constante e zelo de seus Pastores, foi crescendo em fervor cristão, pelo devotamento do Clero Secular, pelas Ordens Religiosas, pelas Irmandades, pelo Laicato atuante e cioso de sua cooperação.

Houve também dias de defecções, em que sangrou o Pelicano, mas houve épocas de intensas alegrias, como aquelas em que, na Catedral, se ouviam os cânticos do TU ES SACERDOS, pois mais operários chegavam para a Seara do Senhor.

Ao lado destas ocorrências, espelhando o intercâmbio da jurisdição canônica do Bispado e desse com os Poderes do Estado, se avolumavam os

registros de batismo, crisma, casamento, além dos processos de impedimentos, anulações, oposição, como também os processos “de genere”, “de vita et moribus”. Crescia, de igual modo, a correspondência com a Corte, com as Irmandades, o registro do Livro do Tombo, as Bulas Papais, Cartas Pastorais, estatísticas missionárias e demais atos e documentos que ficavam expostos à destruição, pela poílha, pelo trabalho pertinaz das traças, pela incúria, feita de desinteresse, quando não pelo abandono de autêntico arquivo morto, sem possibilitar consultas diligentes, sem manuseio da frondosa documentação, sem qualquer interesse senão o da liquidação dos documentos, no ousado desserviço à história da comunidade e à memória da fé, no largo tempo de três séculos.

Era de se lamentar e de se esperar a reprovação severa das gerações futuras, se assistíssemos indiferentes à destruição de arquivo tão precioso. Felizmente tal não ocorre, pois a Igreja, a tudo diligente, é, e quis ser no Maranhão, fonte fundamental de sua história, pois ambos se plasmaram, no influxo da fé, no dia inaugural da fundação desta Cidade, que tomou o nome do “Bon Roi”.

A organização do Arquivo da Cúria Metropolitana do Maranhão, a cuja inauguração hoje assistimos, constitui um marco inesquecível do TRICENTENÁRIO DA EREÇÃO DA DIOCESE DE SÃO LUÍS, instalado no Palácio Arquiepiscopal, que foi construído quase todo no Episcopado de Dom Antônio Xisto Albano, primeiro Bispo do Século XX dessa Diocese, que ao renunciar à mesma, não se quis, por benemerência, ressarcir das vultosas quantias que no prédio investiu, gesto desprendido que o engrandece, que sagra a sua dedicação ao Maranhão e afirma e zelo para com a Diocese a que assistiu dedicadamente.

José Honório Rodrigues, em um dos passos da Teoria da História do Brasil, ao analisar os Arquivos Eclesiásticos, enumera o do Maranhão entre os oito dessa espécie que “possuem as principais fontes primárias para a história da Igreja do Brasil”. E adiante aponta o estado em que se encontram. Aduz o historiador: “A situação dos arquivos da Igreja é tão lastimável quanto a dos arquivos públicos”.

A ausência de um inventário do acervo da documentação existente, de um catálogo, de um índice, de um bulário, de uma bibliografia, enfim, impossibilita quantificar o volume da documentação, além de vedar aos pesquisadores o conhecimento das fontes.

O Maranhão, que teve grandes pesquisadores, e dos quais destacamos João Francisco Lisboa, Antônio Gonçalves Dias e Antônio Henriques Leal, viu partir o primeiro grito de denúncia da queima do arquivo da escravidão, autorizada pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, de Nina Rodrigues, seguindo quase uma tradição da Terra, quando Cândido Mendes de Almeida apontou que a tomada da Bahia, pelos holandeses, acarretou a perda de valiosa documentação. A Cidade deve preservar as fontes de sua história civil e religiosa.

Ressalte-se por justiça, que várias foram as tentativas de organizar o Arquivo da Cúria Metropolitana, mas a deficiência de técnicos, as despesas com a classificação das peças e a indisponibilidade de tempo foram óbices que dificultaram a conclusão da tarefa encetada, com esforço, pela Arquidiocese.

No Programa do Tricentenário da Diocese consta, entre as metas de realizações, no decorrer do ano festivo, a organização do Arquivo da Cúria Metropolitana, o lançamento do livro História Eclesiástica do Maranhão, de autoria do consagrado pesquisador Mário Meireles e o Carimbo alusivo ao evento, a cuja solenidade agora assistimos nesta Residência solarenga, pela inquestionável dedicação, pela tenacidade, pelo desmedido esforço do Senhor Arcebispo Metropolitano de São Luís, Dom João José da Motta e Albuquerque. Testemunha o povo maranhense, neste dia tão caro ao seu coração, e neste momento tão solene, ante a honrosa presença do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco, e dos Prelados da Província Eclesiástica, aqui presentes, o fecundo episcopado do Metropolita Maranhense, que tem, pelas atitudes e acentuada atividade pastoral, comprovado o dístico do brasão de suas armas: IN MANUS TUAS, tamanha é a fraternidade e a operosidade do seu munus.

Pernambucano do Recife, Dom João José da Motta e Albuquerque foi eleito Primeiro Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, no seu Estado natal, em 04.01.1957, sucedendo depois a Dom José Tupynambá da Frota, como Terceiro Bispo da Diocese de Sobral, no Ceará, eleito que foi em 21.01.1961, quando então foi promovido para o Arcebispado de São Luís em 28.04.1964, sendo na linha cronológica dos antístites do sólio maranhense, o vigésimo nono Bispo e o quinto Arcebispo.

O Maranhão deve a Dom João José da Motta e Albuquerque a organização do Arquivo da Cúria Metropolitana, que ensinará, no marco do

TRICENTENÁRIO DA DIOCESE, novas e largas fronteiras para historiadores e pesquisadores, eclesiásticos ou leigos, pois a História do Estado, a Civil e a Religiosa, nas suas fontes mais autênticas, está registrada na frondosa documentação do seu Arquivo.

A classificação inicial do acervo, a orientação das fichas dos documentos que se está procedendo, bem como o catálogo, coube ao tirocínio de Frei Venâncio Willeke, franciscano do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, que aqui esteve na estafante tarefa, pelo empenho do Senhor Arcebispo Metropolitano.

Frei Venâncio Willeke é o nome que estadeia na historiografia franciscana por seus valiosos estudos, com o reconhecimento consagrador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Este o acolheu como Sócio Correspondente, após a execução da valiosa tarefa de que se desincumbiu com tanto entusiasmo.

Com a classificação do acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana, Frei Venâncio Willeke retoma a linha de dedicação ao Maranhão da Ordem dos Frades Menores, cujo prenúncio valioso veio do primeiro naturalista brasileiro, Frei Cristóvão de Lisboa, e se inscreve também na linha de notabilidade dos grandes vultos do Convento Santo Antônio que, como Frei Vicente de Salvador, Frei Mariano da Conceição Veloso, Frei Francisco de São Carlos, Frei Francisco de Monte Alverne e Frei Basílio Roewer, tanto engrandeceram a Pátria e a Igreja, com a obra renomeada, com a pesquisa de tomo e com a oratória sacra inesquecível.

O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Senhor Arcebispo Metropolitano, reconhecendo os altos méritos de Vossa Excelência Reverendíssima e ajuizando o alcance da iniciativa de organizar o Arquivo da Cúria Metropolitana, que se inaugura nesta solenidade, lhe concedeu, na Sessão Extraordinária, realizada no dia 24 deste mês, o Título de Sócio Honorário.

Eu o disse,

São Luís (MA), em 30 de agosto de 1977.